



Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de
Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 01 de outubro de 2018.

Ofício FEHERJ Nº 04/2018

À Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

Exmo. Sr. Dr. Leandro Fonseca da Silva

M.D. Diretor-Presidente Substituto da ANS

C/C ao Diretor da DIDES

Solicitação de atuação da ANS com relação ao eventual comportamento das operadoras em resposta à Resolução CMED n.º 02, de 16 de abril de 2018

Excelentíssimo Senhores,

A FEDERAÇÃO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO –FEHERJ, vêm respeitosamente, solicitar especial atenção dos senhores com relação a eventuais comportamentos comerciais indesejáveis de operadoras de planos de saúde oriundos de uma possível interpretação equivocada da Resolução CMED n.º 02, de 16 de abril de 2018.

Algumas representantes de entidade ligadas às operadoras já vem encaminhando ofícios e informes a seus associados, orientando-os a rediscutirem seus contratos com base na aludida Resolução. A Unidas, especificamente, lembra aos seus associados que a antiga RN 241 de 2010, que estabelecia a obrigatoriedade de cláusula sobre “remuneração pelos serviços de seleção, programação, armazenamento, distribuição, manipulação, fracionamento, unitarização, dispensação, controle e aquisição dos medicamentos” foi expressamente revogada pela RN n 363 de 2011.

Nos causa preocupação que, uma interpretação equivocada da Resolução CMED n.º 02, as operadoras passem a fazer glosas de maneira indiscriminada e com isso passem a não mais remunerar os custos enumerados acima. Tal fato, que esperamos não aconteça, certamente inviabilizaria o negócio da maioria dos prestadores no Brasil e viria acompanhada de muitos conflitos e disputas judiciais com claros efeitos indesejados sobre os beneficiários de planos de saúde tutelados pela ANS.



Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de
Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro

Neste sentido, solicitamos respeitosamente que a ANS traga de volta a partir dos instrumentos regulatórios que dispõe clareza sobre a necessidade de que esses custos venham a continuar ser cobertos, de forma a garantir a sustentabilidade do setor como um todo com base nas seguintes premissas: i) que haja efetiva e livre negociação entre operadoras e prestadores sobre eventuais ajustes à medida da CMED e ii) que todos os serviços prestados pelos hospitais sejam remunerados tendo em vista os custos associados a cada etapa dos serviços, inclusive aqueles associados ao uso de medicamentos como insumo dos serviços hospitalares.

Desta forma, ficamos na expectativa de uma análise positiva ao que foi descrito e aproveitamos o ensejo para manifestar nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Armando Carvalho Amaral
PRESIDENTE DA FEHERJ